

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 - 3.1 – Comissão
- 4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 – ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 13/9/2022

Presidência do Deputado Gustavo Mitre

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Beatriz Cerqueira – Cássio Soares – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Léo Portela – Professor Wendel Mesquita – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Gustavo Mitre) – Às 14h5min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a ordem do dia que foi publicada na edição anterior.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES, DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE REDAÇÃO, DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/7/2021

Às 14h6min, comparecem à reunião os deputados Hely Tarquínio, Doorgal Andrada e Zé Reis, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e o deputado Bartô, membro da Comissão de Constituição e Justiça. Estão presentes, também, as deputadas Celise Laviola, Rosângela Reis, Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados João Leite, Cássio Soares, Ulysses Gomes, João Magalhães, Gustavo Santana, Charles Santos, Mauro Tramonte e Betão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A

presidência informa que a reunião se destina à realização do Assembleia Fiscaliza, que é o processo de prestação de contas instituído em Minas Gerais pela Emenda à Constituição do Estado nº 99/2019, com o comparecimento semestral dos secretários de Estado e dirigentes de entidades da administração direta e indireta para prestar informações sobre a gestão de suas respectivas áreas e, especialmente, sobre a gestão das secretarias de Estado de Fazenda, de Governo e de Planejamento e Gestão, com destaque para as ações adotadas no enfrentamento da pandemia de covid-19 e mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras. O presidente da reunião, deputado Hely Tarquínio, faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra ao convocado, o Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.705/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Logo após, a reunião é encerrada sem a oitiva dos demais secretários. A presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/11/2021

Às 9h13min, comparecem à reunião a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes, Zé Reis e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano, membros da Comissão Extraordinária das Privatizações; os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida e Professor Irineu, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; os deputados Bartô e Doorgal Andrada, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Estão presentes, também, as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, André Quintão, Gustavo Valadares, Cássio Soares, Ulysses Gomes, João Magalhães, Roberto Andrade, Gustavo Santana, Zé Guilherme, Professor Cleiton, Professor Irineu, Zé Reis, Bartô, Doorgal Andrada e Bernardo Mucida. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina à realização do Assembleia Fiscaliza, que é processo de prestação de contas instituído em Minas Gerais pela Emenda à Constituição nº 99, de 2019, com o comparecimento semestral dos secretários de Estado e dirigentes de entidades da administração direta e indireta para prestar informações sobre a gestão de suas respectivas áreas e especialmente sobre a gestão da Secretaria de Estado de Fazenda em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando-se o período de 1º de janeiro a 30 de outubro. O presidente da reunião, deputado Hely Tarquínio, faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra ao convocado, Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, Secretário de Estado de Fazenda para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.705, de 2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.974/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências com vistas ao rateio dos recursos do Fundeb de 2021 entre os profissionais de educação da rede estadual de ensino;

nº 10.975/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os setores e as empresas beneficiados com regimes especiais de tributação em 2021 e o impacto financeiro das renúncias fiscais em cada um desses setores e empresas beneficiados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/9/2022

Às 10h5min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, dos Srs. Elias Vaz da Silva, solicitando o apoio da comissão para a melhoria da segurança nas imediações do Estádio Mineirão; e João da Silva, policial militar, solicitando o apoio da comissão para problemas relacionados a cargas horárias de trabalho de policiais militares e apresentando denúncias sobre maquiagem de dados para alteração de índices de criminalidade. Comunica também o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Flavia Fatima Lopes, da Polícia Militar de Minas Gerais (6/5, 9, 10 e 16/6, 4, 18 (2) e 19/8/2022); e Luciana Vianna de Salles Drumond, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (4/8/2022); e dos Srs. Henrique Caputo Resende, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (30/4/2022); Rogério Greco, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (4/8 (2) e 5/5/2022); Joaquim Francisco Neto e Silva, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (8/7 e 11/8/2022); Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, da Controladoria-Geral do Estado (4/8/2022); e Silvestre Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (4/8/2022). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.219/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sd. PM Ivan, da 84ª Companhia Tático Móvel do 39º Batalhão de Polícia Militar, pelo ato que salvou a vida de um recém-nascido vítima de obstrução respiratória, em 5 de agosto de 2022, na cidade de Contagem;

nº 13.220/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja revisto o ato de remoção para Paraguaçu da servidora Christiane Camargo Raposo Rocha, investigadora, portadora de deficiência física, cujo tratamento contínuo e permanente é realizado em Belo Horizonte, que fica a 360 km de Paraguaçu, onde não há profissionais aptos a realizar o tratamento de que a servidora necessita;

nº 13.225/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 1º-Sgt. PM Celio Rodrigues de Oliveira pelos 30 anos de serviço dedicado à segurança Pública de Minas Gerais;

nº 13.228/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a cobrar soluções urgentes para a falta de efetivo nas unidades policiais, o que tem levado os comandos operacionais a adotarem procedimentos que prejudicam a saúde dos policiais militares pela sobrecarga de trabalho e cobranças excessivas, inclusive da população, que resta desassistida, bem como seja revisto ou revogado o Memorando nº 3007/2022, do comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, Ten.-Cel. PM Luciano Aurélio Silveira Quirino, que determinou o

cumprimento de procedimentos que atrofiam o policiamento local, além de regulamentar horários para o deslocamento para alimentação, desconsiderando a dinâmica da ação policial, já que inúmeras são as circunstâncias que a impactam, até mesmo em sua duração.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Sávio Souza Cruz.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/9/2022, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.133, que altera a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 36/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.144, que acrescenta dispositivos à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 37/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.149, que acrescenta artigos à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 38/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.169, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 39/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.171, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 40/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.161, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 41/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 175, que altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 42/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.182, que altera o art. 57 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 43/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.186, que altera a Lei nº 13.392, de 7 de dezembro de 1999, que isenta o cidadão desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 44/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.180, que dispõe sobre a emissão de diploma ou certificado de conclusão de curso em formato acessível para pessoa com deficiência visual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/9/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 3.449/2022, da deputada Beatriz Cerqueira; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.226/2021, da deputada Beatriz Cerqueira; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 13/9/2022, a seguinte comunicação:

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Mariza da Silva Costa Jesus, ocorrido em 11/9/2022, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

O 1º-secretário despachou, em 13/9/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Das senadoras Leila Barros e Eliziane Gama e das deputadas federais Teresa Nelma e Celina Leão, enviando a esta Casa recomendações com vistas a combater a violência política contra a mulher no País e a incentivar maior representação feminina no Legislativo Brasileiro, com o objetivo de garantir e efetivar o direito à participação das mulheres na política. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Do Sr. Humberto Melo Vieira, coordenador de filial da Caixa Econômica Federal, comunicando que o Contrato de Repasse nº 904347/2020 – Operação nº 1072683-02, assinado em 17/11/2020, foi rescindido por inobservância de dispositivo contratual. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, encaminhando moção de apelo aprovada por essa casa legislativa em que se pleiteia a doação de leitos de UTI, remanescentes da pandemia de covid-19, para a Santa Casa de Caridade de Ouro Fino. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, encaminhando moção de apelo aprovada por essa casa legislativa, em que se pleiteia seja instalado, nesse município, uma unidade do Câmpus Avançado da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, com graduação em biomedicina, terapia ocupacional e *design* de moda. (– À Comissão de Educação.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas à Indicação nº 26/2020, em atenção a pedido de diligência da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações nºs 1 a 11/2019 e 12 a 28/2020, de nomes para o Conselho Estadual de Educação. (– Anexe-se à referida indicação.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas à Indicação nº 7/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações nºs 1 a 11/2019 e 12 a 28/2020, de nomes para o Conselho Estadual de Educação. (– Anexe-se à referida indicação.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.724/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 12/9/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Carla Cristiane Madeira Rocha de Paula, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro.

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 121/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seprol – Comércio e Consultoria em Informática Ltda. Objeto: aquisição de *switches* de rede. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4.4.90 (10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 19/2022, do Ministério Público do Estado do Cerá – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 4/2022.

AVISO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 13/9/2022, o diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aplicou à empresa Silva Moreira Indústria e Comércio Alimentícios Eireli (CNPJ nº 22.074.960/0001-39) as sanções de advertência e de multa no valor de R\$632,82, por descumprimento das obrigações contidas no Termo de Contrato nº 59/2021, conforme apurado no Processo Administrativo Sancionatório nº 15.292/2022.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 121/2021**Número no Siad: 9282903/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. Objeto: locação, pelo período de 60 meses, de circuito fechado de televisão (CFTV), incluindo equipamentos e *softwares*, com tecnologia IP (Internet Protocol), abrangendo a elaboração de projeto executivo e os serviços de instalação, treinamento, manutenção, gerenciamento e suporte técnico. Objeto do aditamento: correção de erros materiais constantes no Anexo VI do Contrato nº 36/2021. Vigência: a partir da data de assinatura, inclusive, com efeitos retroativos ao início da vigência do contrato.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 82/2022**Número no Siad: 9223938-6/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Precisa Conservação e Limpeza Eireli. Objeto do contrato: prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos. Objeto do aditamento: revisão de preço contratual decorrente de celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 22/22. Vigência: a partir da data da assinatura, com indenização do período anterior ajustado no instrumento coletivo. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATAS****ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/7/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/7/2022, na pág. 6, na relação de ofícios recebidos, acrescente-se o seguinte:

“Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino (25/6/2022)”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/9/2022, na pág. 2, onde se lê:

“Maria Clara Prates”, leia-se:

“Maria Clara Prates Santos”.